

## O TRABALHO DOCENTE E SEU MOVIMENTO

Renato Gomes Vieira  
IFG

[renatinhogom@gmail.com](mailto:renatinhogom@gmail.com)

Rogério dos Santos Bueno Marques  
IFG

[rogeriosbm@gmail.com](mailto:rogeriosbm@gmail.com)

José Elias Domingos  
IFG

[jedomingos27@yahoo.com.br](mailto:jedomingos27@yahoo.com.br)

1

### RESUMO

Procuramos refletir sobre o trabalho dentro da sociedade capitalista segundo os conceitos elaborados pela concepção teórica marxiana. O trabalho neste modo de produção deve ser tomado como relação social precípua, que engloba produção e reprodução na relação da sociedade com a natureza, mas também recebe sua característica histórica na ótica capitalista de produção para o mercado e para o valor, configurando, assim, a sua dupla dimensão: trabalho concreto x trabalho abstrato, valor de uso x valor de troca, trabalho material x trabalho imaterial. Na sequência utilizamos este arsenal teórico para analisar o processo moderno de aproximação do trabalho docente da educação básica brasileira com outras categorias de trabalhadores, em um processo que denominamos de proletarização, em que o professorado constitui um movimento social próximo ao do conjunto da classe trabalhadora. Desta forma devemos considerar a escola como um local de trabalho, que apesar de guardar especificidades com outros locais de trabalho apresenta também muitas semelhanças. A escola não é só o local para onde se dirigem milhares de crianças, jovens e até adultos em busca de conhecimentos, cultura e formação, também é um local de trabalho e o ensino é um processo de trabalho. A escola é um espaço onde se dirigem professores e muitos outros funcionários que precisam cumprir uma jornada de trabalho em troca de algum salário para sua sobrevivência dentro de uma sociedade capitalista. Este é um processo com uma longa história, iniciada com a racionalização e padronização do trabalho provocada pela implantação do método taylorista-fordista na indústria e posteriormente nos outros locais de trabalho na sociedade capitalista e agora mais atualmente com a difusão dos métodos toyotista ou acumulação flexível. O ensino não ficou imune a esta direção tomada pelo processo de trabalho. Por isto podemos visualizar um processo de intensificação e controle sobre o trabalho docente.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho, trabalho docente, movimento social, proletarização.

### O mundo do trabalho

Partimos do entendimento do trabalho como relação social fundante da existência humana, atividade metabólica imprescindível à formação e desenvolvimento

do ser humano, e fundador dos modos de produção em especial o capitalista. Portanto o trabalho neste modo de produção deve ser tomado como relação social precípua, que engloba produção e reprodução na relação da sociedade com a natureza, mas também recebe sua característica histórica na ótica capitalista de produção para o mercado e para o valor. (Marx, 1984; 1985).

Podemos considerar, então, que certas características do trabalho encontram-se presentes em variados períodos da história humana, mas ao mesmo tempo, algumas particularidades são datadas e se referem exclusivamente a determinados modos de produção. Ou nas palavras de Marx:

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. (Marx, 1985, p. 208).

No primeiro caso, consideraremos a concepção de trabalho como prática voltada para a constituição da existência humana e construção da sociedade, na medida em que, transformando a realidade em que vive, o ser humano modifica a si mesmo, sendo, portanto, produtor e produto do seu mundo. Mas também não podemos desconsiderar a dimensão histórica do trabalho, como produtor de mercadorias e, conseqüentemente de mais-valor e exploração na sociedade capitalista, configurando, assim, a sua dupla dimensão: trabalho concreto x trabalho abstrato, valor de uso x valor de troca, trabalho material x trabalho imaterial.

Neste ângulo de visão está enfocado o duplo aspecto do trabalho, e em particular o seu aspecto de produtor de mais-valor dentro da lógica do valor, da extração do trabalho excedente para produção de valor de troca para um mercado que se internacionaliza rapidamente com o objetivo de expandir a acumulação de capital, especialmente depois da década de 1970, com a reestruturação produtiva. (Harvey, 1992; Antunes, 1999).

Portanto o processo de trabalho, seja qual for, dentro da lógica de funcionamento do capitalismo só pode ser compreendido dentro da visão de que:

O processo de produção é a unidade *imediata* do processo de trabalho e do processo de valorização, assim como o seu resultado, o resultado imediato, a

mercadoria, é a unidade imediata do valor de uso e do valor de troca. Mas o processo de trabalho não é mais do que um meio de valorização, processo que por sua vez, enquanto tal, é essencialmente *produção de mais-valia*, isto é, *processo de objetivação de trabalho não pago*. Desta maneira se encontra especificamente determinado o caráter global do processo de produção. (Marx, s/d, p. 57)

Desta forma só podemos compreender o processo de trabalho dentro da lógica do capitalismo como um processo de valorização e assim torna-se necessário que o trabalhador siga despossuído dos meios de produção e também do domínio sobre a atividade que realiza no seu trabalho. Em outros termos o trabalhador deve ser alienado das condições de sua existência.<sup>1</sup> O capital deve assumir o comando deste processo com o objetivo de extrair o máximo do excedente do trabalhador, logo, intensificar cada vez mais o trabalho e separar a concepção dos processos produtivos e a sua execução passa a ser uma constante no capitalismo, porque o aspecto importante de toda esta lógica perversa é manter o controle sobre o trabalhador para extrair o mais-valor ou ajudar na sua construção.<sup>2</sup>

3

### **O mundo do trabalho do professor**

Pensar as condições em que se encontra o trabalho no mundo contemporâneo, em especial o trabalho docente,<sup>3</sup> é fundamental para quem busca compreender a educação e a escola, que tem sua origem alicerçada no mundo do trabalho. Não é possível buscar o entendimento do mundo da educação e da escola desvinculado da vida social.

O trabalho docente, por conseguinte, não ficara imune a esta gama de características da sociedade capitalista. Basta um olhar sobre as atuais condições de trabalho e o movimento social realizado pelos professores, para vermos uma situação

---

<sup>1</sup> Marx vai mostrar o processo de alienação do trabalho em quatro aspectos: na relação com o objeto ou produto do trabalho, com a natureza, com o processo de trabalho e com os outros homens. (Marx, 2008).

<sup>2</sup> “Por isso, ‘vampirescamente’, o capital vive por roubar a vida do trabalho, precisa desta para reviver e, no entanto, a suprime: o morto só volta à vida ao matar o vivo. Em outras palavras, o aspecto positivo do trabalho como atividade criadora de valor é necessário como momento do capital, mas deve ser negado por este enquanto possibilidade de constituição de um todo no qual ele mesmo fosse mero momento”. (Grespan, 2012, p. 124).

<sup>3</sup> As considerações que fazemos neste artigo, se referem ao trabalho docente do professor da educação básica no Brasil (ensino médio e fundamental) e a literatura internacional usada aborda a educação também neste nível. (Oliveira, 2008).

social, econômica e política muito próxima entre esta forma de trabalho e movimento, e aquele realizado por outros trabalhadores do setor industrial e de serviços.

Devemos então traçar os caminhos que levam ao complexo processo de proletarização do trabalho docente como a melhor maneira para se compreender a situação do professorado na atualidade e suas condições de trabalho.

Na concepção marxiana da realidade social as classes sociais ocupam um lugar de imensa importância. Nesta visão a sociedade capitalista é permeada de contradições e cindida a partir da divisão da riqueza social entre dois grandes grupos: os proprietários e não-proprietários da riqueza, burgueses e trabalhadores. Os primeiros têm a propriedade dos meios de produção e os últimos têm apenas a propriedade de sua força de trabalho. E entre estas classes se estabelece antagonismos e lutas. A luta de classes é o confronto entre classes sociais antagônicas, cada qual defendendo seus interesses e sua visão de mundo. No caso da sociedade capitalista, é a luta entre burguesia, detentora dos meios de produção, e proletariado, que vende sua força de trabalho. (Marx, 1985).

Nesta linha é que vamos entender as configurações da organização do trabalho docente na sociedade capitalista.

Hypolito (1997) identificou o surgimento de três vertentes importantes de análise da localização de classe do professorado: aquela que o considera pertencente à classe média, aquela que o considera como trabalhador proletarizado e finalmente aquela que o considera numa posição contraditória de classe.

Estas posições teóricas surgem detalhadamente com o crescimento da profissão docente oriunda da expansão das redes públicas de ensino, onde a condição docente adquire contornos diferentes aos até então existentes. E em nosso país, que segue um padrão bem parecido ao de outros países notadamente os europeus, verificam-se algumas fases na constituição da profissão:

- a. Na época colonial, o professor padre e o professor leigo;
- b. No período imperial, o surgimento do professor como assalariado;
- c. Na República, o professor como funcionário do Estado (e assalariado);
- d. Nas últimas décadas do século passado, a perda do prestígio da profissão com rebaixamento salarial, e descrédito, advindos do aprofundamento do processo de funcionarização e assalariamento provocada pela ampliação do sistema de ensino.

Neste momento é que:

...as formas de desenvolvimento da organização escolar assumem cada vez mais um modelo racional de organização, análogo às formas de organização do trabalho em outros setores da produção, particularmente o fabril. Vão absorvendo, assim, com o tempo, a lógica gerencial-capitalista do trabalho, buscando atender ao duplo objetivo de, ao mesmo tempo, controlar o sistema escolar e o trabalho docente e formar trabalhadores dentro de uma lógica de disciplinamento que atendesse às demandas do mundo do trabalho que vinha se desenhando. (Hypolito, 1997, p. 34).

Torna-se evidente então que nesta configuração do sistema escolar o controle sobre o trabalho docente é uma atividade fundamental para garantir a observância dos objetivos do capitalismo. Por isto aproximamos a definição do trabalho docente do restante do conjunto dos trabalhadores indicando sua proletarianização.

Modernamente uma série de novos aportes teóricos veio jogar uma nova luz nas considerações sobre o conceito e delimitação das classes, bem como contribuiu com esta discussão, as transformações em curso notadamente no mundo produtivo, que ampliaram a presença do capital em setores antes quase “ímmunes”, como no de serviços onde se insere a educação.

Bensaid, referindo-se à categoria classe social, destacou:

Não há, em *O Capital*, definição classificatória e normativa das classes, mas um antagonismo dinâmico que ganha forma, em primeiro lugar, no nível do processo produtivo, em seguida, no do processo de circulação e, finalmente, no da reprodução geral. As classes não são definidas somente pela relação na empresa. Elas são determinadas ao longo de um processo em que se combinam as relações de propriedade, a luta pelo salário, a divisão do trabalho, as relações com os aparelhos de Estado e com o mercado mundial, as representações simbólicas e os discursos ideológicos. Portanto o proletariado não pode ser definido de modo restritivo, em função do caráter produtivo ou não do trabalho... (Bensaid, 2008, p. 35).

Marx não definiu classe social, antes a percebe como uma relação constituída na sua conflitualidade e na sua dinâmica contraditória em oposição com outra. E na dinâmica moderna do capitalismo é preciso considerar que a degradação salarial e das condições de vida, bem como o desemprego, atingem a todos os setores da classe

trabalhadora, inclusive aqueles que outrora podiam expor uma condição melhor de trabalho, como os trabalhadores do serviço. (Antunes, 1999; Mascarenhas, 2002).

É chave para o entendimento da acumulação primitiva do capital, “o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção”. Este é o processo de constituição da formação da classe trabalhadora, um longo e violento movimento de expropriação, em que um contingente imenso de pessoas perde todas as condições de subsistência. (Marx, 1985).

Nos textos onde escreve sobre a economia política, quando se refere à classe trabalhadora e os variados mecanismos de exploração da classe em relação com o processo de valorização do capital (a produção da mais-valor), Marx não a restringiu ao operariado fabril, nem através de uma associação restritiva com os submetidos à subsunção real, nem tampouco por uma definição que fechasse a classe no setor produtivo e este também não foi definido como restrito aos trabalhadores industriais.

No seu “*Capítulo inédito de O Capital*” Marx define a subsunção formal e a subsunção real do trabalho ao capital. A primeira liga-se à mais-valia absoluta e a segunda à mais-valor relativa. Mostra então que o processo começa pela subordinação direta dos trabalhadores aos capitalistas, quando estes passam, na condição de proprietários/possuidores dos meios de produção, a controlar o tempo e as condições de trabalho daqueles que foram reduzidos à condição de proletários. O passo seguinte, da subsunção real, apresenta-se como decorrência da acumulação propiciada pela etapa anterior, e materializa-se pela “aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata”. (Marx, s/d)

Igualmente apresenta a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo: “é *produtivo* o trabalhador que executa um *trabalho produtivo* e é *produtivo* o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital.” (Marx, s/d, p. 109). Associando as duas distinções, Marx afirmou que com o desenvolvimento da subsunção real:

não é o operário individual que se converte no *agente real* do processo de trabalho no seu conjunto, mas sim uma *capacidade de trabalho socialmente combinada*; e, como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, neste caso, de produtos – um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça (...) temos

que são cada vez em maior número as *funções da capacidade de trabalho* incluídas no conceito de *trabalho produtivo*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral ao seu processo de valorização e de produção. (Marx, s/d, p. 110).

Não é o conteúdo do trabalho desempenhado, nem o setor da economia em que se desempenha esse trabalho que definirá o caráter produtivo do trabalho ou do trabalhador. Não se justifica então procurar o trabalhador produtivo apenas entre os que desempenham as tarefas manuais. Sobre isso, Marx (s,d,) apresentou também os exemplos de trabalho produtivo com o artista, o professor, embora reconhecendo que eram exemplos em que a subsunção ao capital ainda era formal.

O caráter produtivo do trabalho e do trabalhador não se define pelo emprego na grande indústria (nem, portanto, pela subsunção real), muito menos a classe trabalhadora aparece como limitada a apenas aqueles que exercem trabalho produtivo, como percebemos também nas palavras citadas acima de Bensaid (2008). Ao contrário, é a condição proletária e o assalariamento como horizonte que a definem.<sup>4</sup> Ainda é bom ressaltar neste texto, que nem todo trabalhador assalariado é produtivo, mas que mesmo os que exercem profissões antes associadas a algum tipo de autonomia (professores, médicos, advogados, etc.), cada vez mais caem numa condição de assalariamento, degradação da sua atividade e perda da tão almejada autonomia, e conseqüentemente do controle.

Se há um traço distintivo da vida deste início de século depois das profundas mutações produtivas de ordem gerencial, organizativa e tecnológica é a penetração, a ocupação, a invasão do capital em todos os espaços da vida humana, mesmo naqueles mais impermeáveis a sua presença: o trabalho, as condições de reprodução de sua vida, os seus espaços mais amplos de sociabilidade, o lazer, a saúde, a escola!

A questão das classes sociais no capitalismo não pode ser analisada apenas do prisma restritivo, observando apenas uma dimensão econômica, têm que ser vista em sentido ampliado, pois abarca a produção, a circulação das mercadorias e a reprodução

---

<sup>4</sup> É interessante também trazer a luz uma outra consideração feita por este autor sobre a categoria de trabalho produtivo como definidor fundamental da classe social. Em seu entendimento devemos observar a arquitetura teórica de Marx na sua famosa obra *O Capital* na sua integralidade. O livro traz a tona o processo produtivo. No livro II temos o processo de circulação e no livro III o processo global de reprodução do capital: “Portanto, o proletariado não pode ser definido de modo restritivo, em função do caráter produtivo ou não do trabalho, que entra somente no livro II de *O Capital*, sobre o processo de circulação”. (Bensaid, 2008, p. 35)

global do capital. Não devemos esquecer que Marx tinha em grande consideração o papel político das classes sociais na dimensão de sua consciência de classe, cujo desenvolvimento não se dá isoladamente, mas na luta de classes. Neste caso vale lembrar que a esfera da reprodução (saúde, educação, moradia, etc.), mesmo que nem todas as suas atividades se tornem produtivas, desempenham um papel fundamental na dinâmica do capital. (Bensaid, 1999, p. 159).

Em muitos setores da área de serviço dificilmente iremos encontrar diferenças entre a racionalidade industrial e a dos serviços, pois a lógica capitalista invade o setor terciário, impondo aos trabalhadores deste setor, elementos outrora utilizados somente no trabalho industrial: aceleração do ritmo de trabalho, assalariamento, degradação do trabalho, controle mais acentuado, etc. (Antunes, 1995 e 1999; Braverman, 1987).<sup>5</sup> O que não significa afirmar que o trabalho docente se torna produtor de valor.

É um traço característico da nossa época o grande crescimento do setor de serviços, onde a diversidade de atividades é uma norma, bem como a prevalência do trabalho improdutivo. Mas, também é uma expressão desta época a mercantilização de todas as atividades humanas, inclusive a educação, o que possibilita a Mandel declarar este processo como uma “industrialização generalizada universal” ou “industrialização da esfera de reprodução”. (Mandel, 1985, p. 271-272).

É claro que quando estudamos educação tratamos de um setor que presta um tipo particular de serviço, e, portanto com configurações organizacionais e institucionais diferenciadas, que pode ser essencial à produção, pois é espaço de reprodução – via formação – da força de trabalho. Mas, não podemos fechar os olhos à intensificação da penetração do capitalismo neste setor nos últimos anos (na verdade o capital sempre esteve presente nesta área), inclusive na esfera pública, especialmente agora, no controle cada vez maior sobre a atividade docente. (Apple, 2002).

---

<sup>5</sup> “É importante lembrar que a intenção do taylorismo não era aplicar-se apenas aos níveis mais baixos da força de trabalho. Essa doutrina continha o princípio explícito da ‘administração funcional’, implicando que a padronização deviam ser características não só do trabalho manual, mas também do administrativo (...) Mas porque esperar que gerentes, profissionais de nível superior e técnicos sejam imunes ao taylorismo e ao controle técnico? A administração científica, conforme vimos, tinha por objetivo aplicar-se a todos os níveis e tipos de trabalhadores. (Kumar, 1997, p. 31-33). Por isto que podemos afirmar que os processos de trabalho são um desenvolvimento do taylorismo que mantém “a divisão hierárquica do trabalho, que mudou rapidamente suas formas no curso da história, mas nunca sua substância exploradora” e de controle sobre a força de trabalho. (Mészáros, 2004, p. 327).



Mandel, nesta mesma vertente de análise, apontou a proletarização das atividades intelectuais como uma das razões das intensas lutas que marcam este setor:

Um processo de proletarização do trabalho intelectual está, pois, em marcha. A proletarização não significa essencialmente (e em certos casos de modo nenhum) um consumo limitado ou um baixo nível de vida, mas uma alienação crescente, a perda de acesso aos meios de trabalho e de controle das condições de trabalho, uma subordinação crescente do trabalhador e exigências que não têm mais nenhuma ligação com as suas capacidades ou as suas necessidades próprias. (Mandel, 1979, p. 43)

9

Um trabalho intelectual com estes traços, parcelar, fragmentado, só pode ser considerado também uma forma de trabalho alienado. Só que, no caso do trabalho intelectual, aponta Mandel, aqueles que ingressam nestas profissões, ou sucumbem a apatia e resignação, ou se sensibilizam com o absurdo desta nova condição de parcelização e alienação de seu trabalho, especialmente pela existência de uma vinculação estreita entre o conteúdo do trabalho intelectual e sua execução, mais do que entre o conteúdo do trabalho manual e a sua execução, e partem para a construção de movimentos de luta.

Outra tendência em consonância a esta direção do capitalismo é o controle mais acentuado exercido pelo capital de forma progressiva e sistemática de todos os elementos do processo de produção, de circulação e de reprodução. Na medida em que a racionalização penetra em todos estes setores, evidentemente decresce em grande escala a possibilidade do trabalhador ainda exercer algum tipo de autonomia dentro do trabalho. Este quadro é desenvolvido de maneira mais intensa com a utilização do método de trabalho taylorista-fordista,<sup>6</sup> que invade todos os espaços da vida social, e vai

---

<sup>6</sup> “De maneira sintética podemos indicar que o binômio *taylorismo-fordismo*, expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo do século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na *produção em massa* de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada* (...) Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o ‘desperdício’ na produção, reduzindo o *tempo* e aumentando o *ritmo* de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração (...) Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela *mescla da produção em série fordista com o cronometro taylorista*, além da exigência de uma separação nítida entre *elaboração e execução*”. (Antunes, 1999, p. 36-37). O autor não deixa na sequência de também afirmar a extensão do binômio produtivo para o setor de serviço.

entrar também na escola como um método para organizar as atividades escolares, inclusive o trabalho do professor. (Apple, 2002).

Além disto, é preciso acrescentar que é incorreto definir este grupo de trabalhadores intelectuais como pertencentes às camadas médias da sociedade. No passado até poderia ser feito, mais agora, a natureza deste tipo de trabalho foi profundamente alterada, com um assalariamento e proletarização generalizados desta camada da população. (Paro, 2002; Oliveira, 2008; Apple, 1995 e 2002).

Além destes elementos importantes que auxiliam na construção de uma imagem do professorado mais condizente com suas atuais condições precárias de trabalho, deve-se acrescentar a questão da consciência de classe. Quer isto dizer que para consideração da situação de classe dos agrupamentos humanos, a ideia da consciência de pertencimento a uma classe e de sua organização e lutas são importantes. Esta consciência não é unidirecional no sentido de sua ascensão, pode haver lapsos, perdas e retrocessos, por influências culturais, econômicas e, inclusive, por ação de outra classe, ficar amainada por longo tempo até se revelar. Os professores, por exemplo, estiveram à mercê de diretrizes e elaborações emanadas dos governos para direcionar seu trabalho desde o momento em que a educação foi assumida de maneira geral pelo estado, e logo teve que iniciar um processo de coesão, sindicalização e luta por melhores condições de trabalho especialmente nas últimas décadas. Neste sentido é útil observar o comportamento do conjunto do professorado que aos poucos foi assumindo sua condição de trabalhador nas suas formas de organização, de mobilização e de luta.

No início da década de 1980 no Brasil,<sup>7</sup> observa-se nitidamente uma similaridade de comportamento e movimento entre setores do funcionalismo público (professores especialmente), em mudança clara de posição política, e os setores do

---

<sup>7</sup> “Nos anos 1980, essa vigorosa onda de ação política e de pensamento engajado dos educadores e estudantes fortaleceu-se e integrou o processo de reconstrução do regime democrático protagonizado por diversos setores da sociedade brasileira, organizados em várias frentes de luta: sindicatos, partidos, centrais sindicais, movimentos de trabalhadores do campo, entre outros, destacando-se o MST (Movimento dos Sem Terra), Movimento Eclesial de Base, entidades classistas, científicas e culturais e articulações diversificadas de estudantes, professores e técnicos administrativos, em nível local, regional e nacional, tais como a UNE (União Nacional dos Estudantes), ANDES (Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), FASUBRA (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras) e entidades representativas de outras categorias de trabalhadores do setor público”. (Rosar, 2011, p. 145-146).

operariado industrial. E mais, nota-se um ineditismo das ações empreendidas por este setor em termos sindicais e de sua organização. Devemos lembrar que é neste período, aproximadamente da metade da década de 1970 para o início da década de 1980, que no enfrentamento com a ditadura militar, surge um novo sindicalismo, que preza muito sua autonomia e novos atores sociais aparecem no tecido social, gestando configurações novas para os movimentos sociais. (Scherer-Warren e Luchmann, 2004).

Em 1983 tivemos a primeira tentativa de construir uma greve geral do funcionalismo público federal em defesa do direito de sindicalização e contra o arrocho salarial que veem sofrendo. Em 1988, tivemos efetivamente a primeira greve geral desta categoria com sucesso e uma postura mais radicalizada nas pautas de reivindicações e na organização sindical, que se prolongam até o final da década de 1980 e se estende na próxima. (Mascarenhas, 2000).

Essas mudanças no comportamento deste setor evidencia bem, o que dissemos anteriormente, que para a constituição de uma classe não é suficiente somente sua inserção no processo produtivo, mas deve-se levar em consideração suas experiências e suas lutas. De um agrupamento normalmente passivo politicamente os servidores públicos no espaço de uma década transformam completamente seu perfil político alinhando-se aos setores mais expressivos da luta sindical e política da época, e ajudando na fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores). De uma prática “assistencialista e paternalista das associações” passavam para um novo sindicalismo, atuante na esfera conjuntural. Definindo assim como seu novo perfil uma identidade enquanto Trabalhadores do Serviço Público. (Mascarenhas, 2000, p. 95 e p. 122)

Ferreira Jr e Bittar (2006) em artigo sobre o processo de proletarização dos professores sob a influência da ditadura militar (1964 -1985) mostram que a origem do professor deixou de ser exclusivamente das classes médias urbanas e de frações das elites, passando a constituir-se também pelas camadas populares. Neste processo acompanha um caso de mobilidade tanto ascendente quanto descendente, pois os que tinham origem nos “de cima” se proletarizaram enquanto os de origem popular ascenderam a uma profissão que era típica de classe média antes da generalização das redes de ensino. Essa nova categoria, formada por essas duas frações, vai ser submetida a condições de vida e de trabalho fundadas num arrocho salarial e num controle bem forte. Os autores então apontam que para responder a essa nova situação os professores

iniciam um caminho rumo à construção de sindicatos e associações nacionais, similares ao dos trabalhadores indústrias, como a formação da Confederação dos Professores do Brasil, que posteriormente acaba se tornando na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).<sup>8</sup>

A proletarização do professorado não vai representar apenas um visível quadro de empobrecimento econômico, arrocho salarial e das precárias condições de vida e de trabalho segundo Ferreira Jr e Bittar (2006), mas afeta também seu processo formativo e de nível intelectual, conduzindo o professorado a tomar a direção da organização e luta.

Em Goiás e em Goiânia, este quadro traçado não será diferente, pelo contrário, segue este mesmo padrão. Uma obra que ilustra bem este movimento na época, apesar de não comungar com a visão da presença do professorado nas classes trabalhadoras, é *Sindicato e Magistério: constituição e crise*, da professora Maria Teresa Canesin que examina minuciosamente o quadro das mobilizações e de organização dos professores no período de 1979 a 1989 e seu enfrentamento com o estado em Goiás.

Por volta de 1979 inicia-se a primeira greve e a formação do Centro dos Professores de Goiás (CPG), que posteriormente (1988) dará origem ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO). Logo em seguida nas décadas seguintes, essa entidade será protagonista de inúmeras greves e mobilizações que atestam um quadro de precariedade geral no exercício da docência. Ao mesmo tempo vamos observar a participação sempre decisiva dos membros da entidade e da base do professorado na articulação nacional dos professores rumo a construção de entidades nacionais que unificassem a categoria internamente e externamente como outros trabalhadores

A organização dos trabalhadores teve suas marcas e sua temporalidade definidas basicamente pela dinâmica de sua ação perante esse conjunto de determinações históricas específicas da conjuntura examinada. A esfera de sua ação foi criada por esses fatores históricos e conjunturais e por suas exigências contraditórias. Dentro de tal contexto, ela orientou a mobilização de seus membros na busca de fins materiais e não materiais, que lhes forma negados pelo poder estatal. Nessa

---

<sup>8</sup> Todo este revitalizar da ação de professores nas décadas que estamos analisando podem ser entendidas como movimentos sociais. Para Gohn são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (...) Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas”. (Gohn. 2011, p. 335).

relação o sujeito buscou instituir-se, autodefinir-se, em um espaço de poder, através de fins e métodos capazes de propiciar-lhe a potencialização. Incorporou, criou e recriou concepções que lhe deram sustentação e que ficaram explícitas, principalmente, na conduta e nas práticas das lideranças. Nessa busca de autodeterminação, tematizou categorias mobilizatórias em torno de eixos como autonomia, democracia de base, participação, classe social, solidariedade politizada etc. (Canesin, 2009, p. 208).

Esta situação esboçada até aqui, desde os anos de 1979 até os dias atuais foi sempre de uma atuação marcante da categoria dos professores, especialmente da Rede Municipal de Goiânia. Em todos os governos municipais eleitos democraticamente, aconteceram greves com participação ativa do professorado e muitas ações de rua na cidade. Posteriormente a categoria radicalizou mais seus instrumentos de luta, com ocupação da Câmara Municipal de Goiânia, dentre outras atividades e construiu um outro sindicato, o SIMSED (Sindicato dos Servidores da Educação de Goiânia).<sup>9</sup>

Essas considerações feitas até o presente sobre a intensificação das mobilizações dos professores serviram ao propósito de mostrar a presença sólida desta categoria proletarizada na cena política nacional com reivindicações não só estreitamente ligadas ao exercício do magistério, mais também com uma pauta de reivindicações, ligadas ao contexto social, econômico e político do país, que colocava entre suas inúmeras bandeiras de luta o fim da ditadura militar e a instalação da democracia brasileira, e posteriormente de consolidação da democracia, da luta contra a ofensiva neoliberal da década de 1990, dentre outras inúmeras lutas que se sucederam no país. Neste sentido é que devemos considerar este movimento dos professores como um movimento social que se inscreve em um momento político e que sempre deve passar para uma análise completa de sua configuração pela observação deste movimento enquanto processo (avanços, recuos, lutas pontuais e ampliadas, etc.), por formas de ação (greves, paralizações, ocupação, etc.) e níveis de ação (local, regional, internacional, etc.) enfocadas desta perspectiva na lógica do capital (exploração, dominação e opressão), mas também na consciência de pertencimento a determinada classe social, dos trabalhadores, o que implica organização e luta. (Mouriaux; Beroud, 2005). Ou nas palavras de outro estudioso de movimentos sociais:

---

<sup>9</sup> Essas informações foram coletadas nos sítios dos dois sindicatos, bem como no blog do Comando de Greve: <http://comandodegrevegoiania.blogspot.com.br/>; <http://comandodegrevegoiania.blogspot.com.br/>; <http://simsed.blogspot.com.br/>

A noção de movimento social indica a persistência de uma interação antagônica prolongada que vai mais além do momento crítico de conflitos pontuais (...) O conceito de movimento social faz uma melhor referência a um conjunto de mudanças das relações sociais de protesto que emergem no seio do capitalismo contemporâneo. Essas relações se desenvolvem de forma desigual em seus ritmos, sua existência reivindicativa, sua constância, em sua projeção para o futuro e, finalmente, em sua importância política e ideológica. (Vakaloulis, 2005, p. 127-8).

Portanto podemos entender o que estamos denominando de processo de proletarização dos trabalhadores em educação da seguinte maneira:

De um lado, uma aproximação real do professor com o proletariado em termos de relações de trabalho. A prolongada jornada de trabalho, as difíceis condições profissionais, o processo de alienação e desqualificação de seu trabalho, os baixos e aviltantes salários estão levando o professor a essa situação. Os funcionários da educação, até pouco tempo atrás enlevados pela “missão de formar os homens do amanhã”, estão, por sua vez, descobrindo, na prática cotidiana, sua identificação proletária própria: o de serem trabalhadores como seus companheiros da indústria, do campo e do setor de serviços a serviço do capital. De outro lado, uma aproximação real do professor com os proletários enquanto classe, através de seu processo de organização e de luta. O crescimento das associações reivindicativas, a recente transformação dessas associações em sindicatos, seu caráter autônomo e combativo, e as últimas grandes e pacientes greves apontam na direção do surgimento dessa nova categoria: os trabalhadores em educação. (Pucci; Oliveira; Sguissardi, 1991, p. 91)

Ilustram assim o sentido que os professores dão a suas lutas e mobilizações enquanto participantes da classe trabalhadora, mesmo guardando suas especificidades em relação ao núcleo sólido da classe que produz mais-valor (Antunes, 1999). Os professores se reconhecem trabalhadores, fazem movimentos de trabalhadores e nomeiam suas entidades desta forma. E mais: nomeiam a todos aqueles que labutam na escola como trabalhadores da educação.

### **Conclusão provisória**

Uma das considerações mais importantes sobre o trabalho docente nestes últimos anos é a análise da escola como um local de trabalho. É verdade que variadas vertentes estudam a educação e o cotidiano escolar nos mais diferentes aspectos: do

planejamento escolar das atividades, da avaliação escolar, das formas de se organizar o currículo, da didática, das formas de aprendizagem dentre outros muitos assuntos. Mas a construção de uma perspectiva que enxergue a escola como um local de trabalho, que apesar de guardar especificidades com outros locais de trabalho (como apontamos), apresenta também muitas semelhanças. A escola não é só o local para onde se dirigem milhares de crianças, jovens e até adultos em busca de conhecimentos, cultura e formação, também é um local de trabalho e o ensino é um processo de trabalho. A escola é um espaço onde se dirigem professores e muitos outros funcionários que precisam cumprir uma jornada de trabalho em troca de algum salário para sua sobrevivência dentro de uma sociedade capitalista.

Este é um processo com uma longa história, iniciada com a racionalização e padronização do trabalho provocada pela implantação do método taylorista-fordista na indústria e posteriormente nos outros locais de trabalho na sociedade capitalista e agora mais atualmente com a difusão dos métodos toyotista ou acumulação flexível. O ensino não ficou imune a esta direção tomada pelo processo de trabalho.

Os autores que utilizamos conceituam esta forma de forma trabalho, na esteira da linha teórica inaugurada por Braverman (1987) como sujeitas a um intenso processo de proletarização, e assim podemos entender melhor as causas que provocam a precarização e intensificação acentuadas do trabalho docente e as possibilidades de ação e mudança com seu movimento.

### **Referências bibliográficas**

Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho?*. São Paulo: Cortez.

Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial.

Apple, M. (1995). *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Apple, M. (1997). *Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora*. Petrópolis: Cortez.

Apple, M. (2002). *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Bensaid, D. (2008). *Os irreductíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo.

Bensaid, D. (2008). *Marx, o intempestivo*. São Paulo: Civilização Brasileira.

Braverman, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Canezin, M. (2009). *Sindicato e magistério: constituição e crise*. Goiânia: Editora UFG.

Ferreira Jr., A. e Bittar, M. (2006). A ditadura militar e a proletarização dos professores. Em *Revista Educação e Sociedade*, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez.

Gohn, M. Movimentos sociais na contemporaneidade. Em *Revista Brasileira de Educação*, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Editora Autores Associados.

Grespan, J. (2012). *O negativo do capital*. São Paulo: Expressão Popular.

Harvey, D. (1992). *A Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

Hypolito, A. (1997). *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. São Paulo, Brasil: Papyrus Editora.

Hypolito, A. (1991). Processo de trabalho na escola: algumas categorias de análise. Em *Revista Teoria e Educação "Dossiê: interpretando o trabalho docente"*, Porto Alegre, n.4, 1991.

Kumar, K. (1997). *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Mandel, E. (1979). *Os intelectuais, os estudantes e a luta de classes*. Lisboa: Antídoto.

Mandel, E. (1985). *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural.

Marx, K. (S.d.). *Capítulo VI (Inédito)*. São Paulo: Moraes.

Marx, K. (1985). *O Capital*. São Paulo: Difel.

Marx, K. (2008). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. e Engels, F. (1984). *Ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec.



- Mascarenhas, Â. (2000). *Desafiando o leviatã*. Campinas: Alínea.
- Mascarenhas, Â. (2002). *O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora*. Goiânia: Editora Alternativa.
- Mészáros, I.(2004). *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Mouriaux, R.; Beroud, S. (2005). Para uma definição do conceito de movimento social. Em Leher, R.; Setúbal, M. *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez.
- Oliveira, D. (2008). *La cuestión docente: Brasil, las condiciones laborales de los profesores de educación básica*. Buenos Aires: Fund. Laboratorio de Políticas Públicas.
- Paro, V. (2002). *Administração escolar: introdução crítica*. São Paulo: Cortez.
- Pucci, B.; Oliveira, N.; Sguissardi, V. (1991). O processo de proletarização dos trabalhadores em educação. Em *Revista Teoria e Educação “Dossiê: interpretando o trabalho docente”*, Porto Alegre, n.4, 1991.
- Rosar, M. (2011). “Educação e Movimentos Sociais: avanços e recuos entre o século XX e o século XXI”. Em *Educação em Revista*, Marília, v.12, n.2, p. 145-162, Jul.-Dez.
- Scherer-Warren, I. e Luchmann, L. (2004). Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. Em *Revista Política e Sociedade*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, nº 5. Out.
- Vakaloulis, M. “Antagonismo Social e Ação Coletiva”. Em Leher, R.; Setúbal, M. (2005). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez.